

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.270 - SP (2019/0320838-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - SP140055
TAMIRES MOREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP382399
RECORRIDO : TERESA MARLENE BUENO
ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496
EDUARDO DE MARTINO LOURENÇÃO - SP225240
JOAO OTAVIO GONCALVES PEREIRA E OUTRO(S) - SP365026

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA – EXTINÇÃO COM JULGAMENTO DE MÉRITO – Reconhecimento da prescrição – Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 484 do Superior Tribunal de Justiça – Ação proposta após o prazo quinquenal – Existência, todavia, de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional – Legitimidade ativa do parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar – Inteligência da alínea 'c', do inciso VII, do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor – Inocorrência da prescrição – Recurso provido. INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS EXECUÇÃO INDIVIDUAL Julgamento com fulcro no parágrafo 4º do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil Eficácia erga omnes da sentença proferida na ação coletiva A credora pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio Desnecessidade da comprovação da associação da poupadora ao IDEC Legitimidade ativa configurada Prescindibilidade da prévia liquidação do julgado A apuração do quantum debeatur depende de meros cálculos aritméticos Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito Cabimento dos honorários do advogado Incidência do parágrafo 1º do artigo 523 do supracitado diploma legal Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça Juros remuneratórios Ausência de previsão no título exequendo Prequestionamento Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente

procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

Reapreciando a questão da liquidez necessária para o cumprimento da sentença da ação civil pública, tema julgado pelo Superior Tribunal de Justiça sob o regime de recursos repetitivos (Código de Processo Civil de 2015, artigo 1.030, inciso II; CPC de 1973, artigo 543-C, § 7º, inciso II), o Colegiado originário proferiu acórdão assim ementado:

APELAÇÃO - MULTA PREVISTA NO ARTIGO 475-J DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 - Existência do Acórdão proferido nos autos do Recurso Especial, representativo da controvérsia 1.247.150/PR - O julgado de fls. 194/217 não divergiu da orientação do Superior Tribunal de Justiça - Decisão que não aplicou a supracitada sanção Necessidade da prévia liquidação - Matéria não afetada para os fins do artigo 1.036 do Novo Estatuto Adjetivo Civil - Irrelevância do entendimento desta Câmara sobre a liquidez da sentença condenatória Análise da controvérsia referente à Ação Civil Pública movida pela Apadeco contra o Banestado - Demanda coletiva diversa da objeto da presente execução Posicionamento emanado pelo Acórdão de fls. 171/192 mantido - Recurso provido.

A parte recorrente alega violação dos artigos 82, 95 e 97 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 267 e 652-A do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 16 da Lei 7.347/1985; dos artigos 240, 485, 509, 515, 726, 1.036 e 1.037 do CPC de 2015; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 202, 205, 206, 397 e 405 do Código Civil; e do artigo 177 do Código Civil de 1916. Argui ilegitimidade ativa. Reclama de enriquecimento ilícito. Suscita prescrição. Defende que os juros de mora devem correr a partir da citação na liquidação ou na execução. Pretende a suspensão do feito e o afastamento dos honorários advocatícios. Explica que o débito deve ser corrigido monetariamente com base nos índices de remuneração dos valores depositados em contas de poupança, sem a inclusão de expurgos inflacionários posteriores ao plano Verão (janeiro de 1989). Reconhece como devida a aplicação de correção monetária em fevereiro de 1989, à taxa de 10,14%. Sustenta a necessidade de liquidação da sentença da ação civil pública.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça

afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora